



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº 27/2019

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.198.164/0001-60, com sede na Av. Rio Branco nº 1489, CEP 01.205.001, Bairro Campos Elíseos, São Paulo/SP neste ato representado por seu representante legal, Sr Roberto de Souza Dias, Brasileiro, Profissão Securitário, portador do CPF 115.838.468.83, RG 18.304.552-X, residente e domiciliado na Rua Guaianases, Nº 1238, na cidade de São Paulo/SP, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente Concorrência visa **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SEGURAR A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DESTE MUNICÍPIO COM COBERTURA CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTÊNCIA 24 HORAS** conforme edital de Concorrência Pública Nº 72/2018

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

O preço total do fornecimento objeto do presente contrato é de **R\$ 97.787,45 (Noventa e Sete Mil, Setecentos e Oitenta e Sete Reais, e Quarenta e Cinco Centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O Pagamento será realizado através de ordem bancária, em até 30 dias após a apresentação do Boleto Bancário.

Os valores da proposta não sofrerão quaisquer reajustes, nos termos da Lei 9.069/95 e Lei 10.192 de 14/02/2001.

CLÁUSULA QUARTA – DA COBERTURA

A cobertura terá início no ato da assinatura do contrato para os veículos que não se encontram “segurados” e para os demais, assim que vencer a apólice vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

Arcar com as despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por sua culpa ou dolo ou de quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento da contratação;

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto em tela;

Observar para que, durante a vigência do Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

Expedir e efetuar a entrega da Apólice de Seguro no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho;

Prestar serviço de assistência durante 24 (vinte e quatro) horas com a finalidade de atender o veículo segurado e seus ocupantes em situações de emergência em todo o território nacional em caso de pane, acidente, roubo ou furto do veículo;

Após o aviso de sinistro e o recebimento dos formulários pertinentes, tomar as providências para o reparo do veículo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Providenciar o envio do reboque do veículo em qualquer local do território nacional, caso não seja possível transitar com o veículo por seus próprios meios, sem cobrança de excedente de quilometragem do local da ocorrência até o destino final do veículo em oficina determinada pela CONTRATANTE;

Disponibilizar todos os meios de contato possíveis, principalmente a comunicação telefônica tipo 0800 em caso de emergência;

Manter e comprovar através de alvará de funcionamento e localização, o nome, endereço e telefone da corretora ou preposto de seguros (representante), credenciado a fim de que seja fornecido, imediatamente e/ou sempre que solicitado, completo esclarecimento e total assistência à CONTRATANTE no tocante aos serviços contratados;

Responsabilizar-se por serviços executados por oficinas referenciadas pela mesma;

Facilitar a CONTRATANTE a fiscalização dos serviços prestados;

Manter profissionais comprovadamente capacitados, de modo a assegurar a boa qualidade dos serviços a serem realizados;

Proceder a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços Contratados.

Em caso de algum veículo segurado resultar em sinistro por roubo, furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza dentre outros o pagamento realizado pela CONTRATADA da indenização se dará pelo o valor apresentado na tabela FIPE (100%), os sinistros deverão ser pagos a CONTRATANTE na forma de guia de recolhimento própria do município, onde deverá pagar nos agentes conveniados.

A cobertura com relação a danos materiais será de R\$ 100.000,00, danos corporais R\$ 100.000,00, APP Morte e Invalidez R\$ 20.000,00, Guincho ilimitado (plantão 24hs), cobertura para vidros. O valor do prêmio será a média praticada na região.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do Contrato;

Avisar à seguradora, o mais rápido possível, sobre a ocorrência de sinistro, entregando-lhe os formulários pertinentes devidamente preenchidos;

Aguardar a autorização da seguradora para o início da reparação de quaisquer danos;

Dar conhecimento imediato à seguradora sobre ocorrência de fato do qual possa advir responsabilidade civil;

Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

Notificar, formal e tempestivamente à CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

Em caso de sinistro, o valor da franquia deverá ser pago, prioritariamente à Concessionária/oficina que promover o conserto do veículo, caso a Concessionária/oficina esteja com sua documentação relativa ao fisco, à Seguridade Social e ao FGTS irregular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

Prestar as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

O pagamento fica condicionado à prova de regularidade fiscal referente às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

É ainda obrigação da CONTRATANTE, liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da empresa CONTRATADA, nos prazos estabelecidos no presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá início da vigência na data de sua assinatura vigorando pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos por até 60 meses a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993 ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice de reajuste.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

A licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:



a) A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

b) Pelo descumprimento total ou parcial da entrega dos materiais e/ou serviços, a autoridade administrativa poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

b.1 advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

b.2 multa nas formas previstas nesta cláusula;

b.3 rescisão de contrato;

b.4 suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b.5 declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de Canguçu.

c) Pela recusa injustificada para a assinatura do contrato ou execução dos serviços, por parte da vencedora, nos prazos previstos no edital, será aplicada multa na razão de até 5% (cinco por cento), sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos.

d) Pelo atraso ou demora injustificados para a execução dos serviços, além do prazo estipulado neste edital, aplicação de multa na razão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), por dia de atraso ou de demora, calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos de atraso ou de demora.

e) Pela execução em desacordo com o solicitado, aplicação de multa na razão de até 5% (cinco por cento), sobre o valor total da proposta, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação dos equipamentos. Após 02 (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato;

f) Pelo atraso ou demora injustificados no atendimento aos chamados, além dos prazos previstos no edital, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), por dia de atraso ou de demora, calculado sobre o valor total da proposta, até o máximo de 03 (três) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após 03 (três) ocorrências e/ou após o prazo máximo, poderá, também, ser rescindido o contrato;

Parágrafo Primeiro - Nos termos da Lei nº 8.666/93 a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e cancelado do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Canguçu, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não manutenção do lance, após a adjudicação;
- d) comportamento inidôneo;
- e) fraude ou falha na execução do contrato;

Parágrafo segundo - Será facultado a licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

Parágrafo terceiro - As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato decorre da Concorrência Pública nº 72/2018, a qual é parte integrante deste contrato, bem como a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos, sendo neste caso a Lei nº 8.666/93.



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes deste Edital correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

ÓRGÃO	CÓDIGO	ELEMENTO DE DESPESA
SEC MUN DE DESENV ECONÔMICO E AGRÁRIO	4041	339039690000
SEC MUN DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA	4046	339039690000
SEC MUN ASSIST SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	4053	339039690000
SECRET MUN DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	4067	339039690000
SEC MUN DE OBRAS, TRANS. E SERV. URBANOS	4068	339039690000
SECRET MUNIC DE INFRAESTRUTURA RURAL	4069	339039690000
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	4688	339039690000

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização deste contrato a servidora efetiva Vanessa Theil Ribeiro (CARGO AUX. ADMINISTRATIVO – matrícula 87912).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu – RS, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Canguçu, 01 de Março de 2019.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF: